

A força de trabalho da indústria de Material de Transportes do Rio Grande do Sul: uma análise comparativa com estados selecionados nos anos 90

*Raul Luís Assumpção Bastos**

Este artigo se propõe a analisar as mudanças ocorridas na força de trabalho do gênero industrial Material de Transportes (MT) do Rio Grande do Sul e de estados selecionados nos anos 90.

Embora o gênero MT não possua uma participação muito significativa no emprego na indústria de transformação (IT) do Rio Grande do Sul, o estudo da sua força de trabalho tem importância por diversos motivos. Nesse sentido, cabe destacar que é nesse gênero que está inserido o complexo industrial automotivo, o qual foi objeto de intenso debate no Estado, no período recente, principalmente no que se refere a sua capacidade de geração de emprego a partir da instalação de uma montadora no Rio Grande do Sul. A par desse aspecto, o gênero Material de Transportes — e a indústria automobilística em particular — caracteriza-se por certa intensidade de adoção de inovações, tornando-se sua experiência, em muitos casos, paradigmática, com repercussões sobre o perfil e o uso da mão-de-obra industrial.

Como se sabe, os anos 90 foram caracterizados por mudanças profundas na economia brasileira, as quais foram derivadas dos processos de abertura comercial e de reestruturação produtiva, com manifestações importantes sobre o mercado de trabalho industrial. Nesse ambiente, como se comportou o emprego no gênero Material de Transportes do Rio Grande do Sul ao longo do período? Quais são suas diferenças em relação a outros estados da Federação? Como evoluiu, em uma perspectiva comparada, a distribuição de sua força

* Economista, Técnico da FEE e Professor do Departamento de Economia da PUCRS.

O autor agradece aos colegas Guilherme Xavier Sobrinho, Ilaine Zimmermann, Maria Isabel H. da Jornada, Sheila Sternberg e Walter Pichler pela leitura e crítica de uma versão preliminar deste texto, ressaltando que erros e omissões por acaso remanescentes são de sua inteira responsabilidade.

de trabalho por porte de estabelecimentos, escolaridade e rendimentos? Estas são algumas indagações que nortearam a elaboração deste artigo.

Como em outros estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos do Trabalho da Fundação de Economia e Estatística (FEE/NET), o artigo valeu-se, para a sua elaboração, da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal. Portanto, as evidências que nele serão objeto de análise dizem respeito somente ao segmento formal do mercado de trabalho.

Com base nos propósitos acima delineados, o texto foi assim estruturado: após esta breve introdução, a seção 1 trata do comportamento do emprego no gênero Material de Transportes do Rio Grande do Sul e de estados selecionados entre 1989 e 1998, último ano para o qual estavam disponíveis os dados da Relação Anual de Informações Sociais quando da elaboração deste estudo; na seção 2, são feitos contrastes entre o Rio Grande do Sul e estados selecionados quanto à distribuição da força de trabalho por porte dos estabelecimentos, escolaridade e rendimentos; finalmente, o texto encerra-se com a apresentação das principais conclusões do trabalho.

1 - O comportamento do emprego no gênero Material de Transportes do Rio Grande do Sul nos anos 90 e comparações com estados selecionados

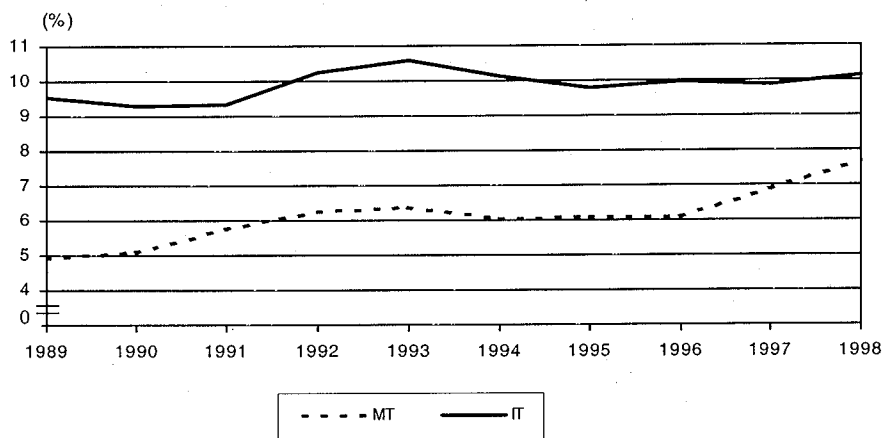
Nesta seção, analisa-se o comportamento do emprego no gênero Material de Transportes do Rio Grande do Sul e de estados selecionados no período 1989-98, procurando-se identificar a existência de diferenças e semelhanças de evolução entre eles no período.¹

O emprego no gênero MT do Rio Grande do Sul representava 4,90% da força de trabalho de seu congênera nacional em 1989, participação relativa bem aquém daquela observada pela força de trabalho da indústria de transformação do Estado na do País no mesmo ano, 9,54% (Gráfico 1). Todavia, conforme se pode constatar, em 1998 o emprego no gênero MT havia avançado sua participação relativa em seu congênera nacional para 7,65%, enquanto na IT, na mesma base comparativa, havia ocorrido um avanço muito mais modesto, qual seja, para 10,14%.

¹ O Rio Grande do Sul e os estados selecionados, quais sejam, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, representavam, como será visto logo a seguir, 96,21% do emprego no gênero MT do País em 1989.

Gráfico 1

Participação relativa do gênero Material de Transportes e da indústria de transformação do Rio Grande do Sul no emprego de seus congêneres do País — 1989-98



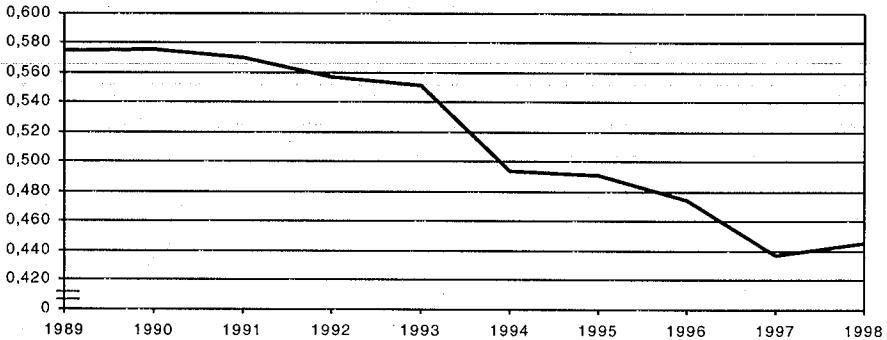
FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.

Em alguma medida, essas mudanças corresponderam a um movimento de desconcentração espacial ocorrido no âmbito da indústria ao longo dos anos 90 (Sabóia, 1999a; 2000; Bonelli, 1999). Tal movimento pode ser apreendido através dos Gráficos 2 e 3, nos quais se observa a evolução dos índices de Herfindahl do gênero MT e da IT do País no período 1989-98.² De acordo com o que neles se constata, no caso do gênero MT o índice de Herfindahl reduziu-se de 0,575 em 1989 para 0,446 em 1998, enquanto na IT a redução foi de 0,248 em 1989 para 0,190 em 1998. Cabe também destacar que o emprego no gênero MT é bem mais concentrado espacialmente do que na IT, pois o seu índice de Herfindahl é mais de duas vezes superior ao da IT em todo o período 1989-98.

² O índice de Herfindahl está sendo usado para medir a concentração espacial da indústria, conforme anteriormente empregado por Sabóia (1999a). Ele corresponde ao somatório do quadrado da parcela de cada um dos estados da Federação no emprego no gênero MT do País em cada ano. Seu limite superior é a unidade (concentração máxima); e o inferior, $1/n$ (concentração mínima), em que n corresponde ao número de estados da Federação.

Gráfico 2

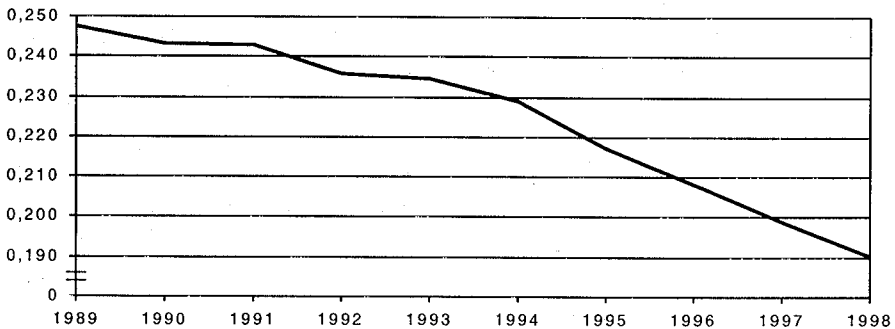
Índice de Herfindahl, no âmbito dos estados, do gênero Material de Transportes do Brasil — 1989-98



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.

Gráfico 3

Índice de Herfindahl, no âmbito dos estados, da indústria de transformação do Brasil — 1989-98



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.

A evolução do emprego no gênero MT do Rio Grande do Sul, de estados selecionados e do País, no período 1989-98, pode ser conhecida por meio da Tabela 1. De acordo com o que nela se constata, o emprego nesse gênero industrial, no Estado, não apresentou grandes variações no período, situando-se em 21,3 mil trabalhadores em 1998, o que representou um pequeno incremento na comparação com 1989, qual seja, 1,62%. Todavia o comportamento do emprego no gênero MT do Rio Grande do Sul foi muito distinto daquele observado nos estados selecionados, no período em foco. Nesse caso, o exame da Tabela 1 permite identificar duas trajetórias de crescimento do emprego no gênero MT, quais sejam, as de Minas Gerais e do Paraná, com variações positivas de 21,02% e 70,86% entre 1989 e 1998 — cabe aqui destacar que o Paraná, no início do período, dentre os estados selecionados, possuía o menor nível absoluto de emprego no gênero industrial em análise. Por sua vez, Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram performances totalmente distintas, com quedas de 72,78% e de 43,39% no emprego, respectivamente, no mesmo período. Quanto à média nacional, esta registrou uma redução de 34,83% do emprego no gênero MT entre 1989 e 1998. Esse desempenho negativo do emprego no gênero MT, no âmbito nacional, é explicado, fundamentalmente, pelo que ocorreu no Rio de Janeiro e especialmente em São Paulo, pois a perda de emprego no primeiro foi de 26,6 mil postos de trabalho, no segundo, de 138,9 mil, enquanto, no País, ela foi de 148,8 mil postos de trabalho.

Tabela 1

Evolução do emprego no gênero Material de Transportes de estados selecionados e do Brasil — 1989-98

DISCRIMINAÇÃO	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Rio Grande do Sul	20 967	19 173	19 720	20 202	21 121	20 352
Minas Gerais	24 985	21 674	21 710	21 645	26 385	31 184
Rio de Janeiro	36 602	29 118	20 816	20 033	19 510	22 401
São Paulo	320 140	283 769	256 505	238 330	243 304	231 657
Paraná	8 618	8 628	7 726	7 060	8 157	12 693
Brasil	427 504	378 170	343 417	323 110	332 082	336 001

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	VARIAÇÃO % 1989-98
Rio Grande do Sul	19 304	18 841	21 584	21 305	1,62
Minas Gerais	32 403	38 102	43 917	30 238	21,02
Rio de Janeiro	19 004	15 277	12 577	9 962	-72,78
São Paulo	217 475	207 616	200 461	181 221	-43,39
Paraná	9 043	7 747	13 410	14 725	70,86
Brasil	316 605	309 090	313 816	278 609	-34,83

FONTE: RAIS-MTE.

Os movimentos do nível de emprego no gênero MT do Rio Grande do Sul e dos estados selecionados expressam-se em suas participações relativas na força de trabalho desse gênero industrial no país, no período 1989-98 (Tabela 2). Assim, como foi referido, o Estado partiu de uma participação relativa de 4,90% em 1989, atingindo 7,65% em 1998. Dois outros estados selecionados apresentaram incremento em suas participações relativas no emprego no gênero MT do País: Minas Gerais, que passou de 5,84% em 1989 para 10,85% em 1998, e Paraná, de 2,02% em 1989 para 5,29% em 1998. Diferentemente, Rio de Janeiro e São Paulo evidenciaram reduções em suas participações relativas no emprego no gênero MT do País: o Rio de Janeiro registrou uma queda de 8,56% em 1989 para 3,58% em 1998; e São Paulo, uma contração de 74,89% em 1989 para 65,04% em 1998. Não obstante essas alterações significativas nas participações relativas desses cinco estados no emprego no gênero MT do País, os mesmos continuavam representando a quase-totalidade da sua força de trabalho, concentrando 96,21% dela em 1989 e 92,41% em 1998.

Tabela 2

Participações relativas de estados selecionados no emprego no gênero
Material de Transportes do Brasil — 1989-98

ESTADOS	1989	1990	1991	1992	1993
Rio Grande do Sul	4,90	5,07	5,74	6,25	6,36
Minas Gerais	5,84	5,73	6,32	6,70	7,95
Rio de Janeiro	8,56	7,70	6,06	6,20	5,88
São Paulo	74,89	75,04	74,69	73,76	73,27
Paraná	2,02	2,28	2,25	2,19	2,46
ESTADOS	1994	1995	1996	1997	1998
Rio Grande do Sul	6,06	6,10	6,10	6,88	7,65
Minas Gerais	9,28	10,23	12,33	13,99	10,85
Rio de Janeiro	6,67	6,00	4,94	4,01	3,58
São Paulo	68,95	68,69	67,17	63,88	65,04
Paraná	3,78	2,86	2,51	4,27	5,29

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.

2 - Uma caracterização da evolução da força de trabalho do gênero Material de Transportes do Rio Grande do Sul nos anos 90 em uma perspectiva comparada

Nesta seção, procura-se caracterizar, em uma perspectiva comparada, a evolução da força de trabalho do gênero MT do Rio Grande do Sul nos anos 90. Nesse sentido, são feitas comparações com estados selecionados da distribuição da mão-de-obra por porte dos estabelecimentos, escolaridade e rendimentos. Para tanto, o procedimento proposto é o de contrastar os dados da Relação Anual de Informações Sociais correspondentes a 1989 com os de 1998, que eram os mais recentes quando da realização deste estudo.

Distribuição da força de trabalho por faixas de porte dos estabelecimentos

No que se refere à distribuição da mão-de-obra por porte dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul e nos estados selecionados em 1989 e 1998, esta pode ser conhecida na Tabela 3. A mão-de-obra foi distribuída em cinco faixas de tamanho dos estabelecimentos, assim definidas: as duas primeiras, quais sejam, até 49 empregados e de 50 a 99 empregados, correspondem a estabelecimentos de pequeno porte; as duas seguintes, de 100 a 249 empregados e de 250 a 499 empregados, correspondem a estabelecimentos de médio porte; e, finalmente, a faixa superior, que compreende a mão-de-obra inserida em estabelecimentos de 500 ou mais empregados, é reconhecida como sendo de estabelecimentos de grande porte.³

No Rio Grande do Sul, em 1989, a mão-de-obra inserida nos estabelecimentos de pequeno porte tinha um peso relativamente modesto na força de trabalho do gênero MT (Tabela 3). Assim, na faixa até 49 empregados, encontravam-se 10,34% da mão-de-obra desse gênero industrial e, na de 50 a 99 empregados, somente 4,49%. A faixa de estabelecimentos de porte médio tinha uma participação relativa mais significativa no emprego no gênero MT do Estado em 1989; esta era de 12,76% naqueles de 100 a 249 empregados e de 10,38% nos de 250 a 499 empregados. Constata-se, claramente, que era nos estabeleci

³ Os limites dos estratos de tamanho dos estabelecimentos de pequeno, médio e grande portes são os mesmos dos trabalhos de Passos e Lima (2000) e de Sabóia (1999b). Uma estratificação alternativa encontra-se em Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000).

mentos de grande porte que estava inserida, em larga medida, a maior parcela da mão-de-obra do gênero MT do Estado em 1989, pois os estabelecimentos com mais de 500 empregados detinham 62,03% de sua força de trabalho.

Tabela 3

Distribuição do emprego, por faixas de porte dos estabelecimentos, no gênero Material de Transportes de estados selecionados — 1989 e 1998

ESTADOS E ANOS	ATÉ 49 EMPREGADOS	50 A 99 EMPREGADOS	100 A 249 EMPREGADOS	250 A 499 EMPREGADOS	500 OU MAIS EMPREGADOS (%)
Rio Grande do Sul					
1989	10,34	4,49	12,76	10,38	62,03
1998	13,85	5,74	9,60	10,22	60,59
Minas Gerais					
1989	5,04	4,12	3,91	4,86	82,08
1998	11,56	4,84	9,07	9,30	65,23
Rio de Janeiro					
1989	7,15	4,02	6,96	8,53	73,35
1998	27,74	10,25	11,36	12,25	38,41
São Paulo					
1989	3,62	2,87	6,28	8,35	78,88
1998	8,59	5,36	10,76	12,42	62,87
Paraná					
1989	21,71	6,36	14,32	0,00	57,61
1998	21,63	12,20	7,22	17,21	41,74

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.

No que diz respeito ao Estado de Minas Gerais, em 1989 a mão-de-obra do gênero MT encontrava-se, em comparação ao Rio Grande do Sul, mais concentrada nos estabelecimentos de grande porte. Assim, os estabelecimentos com 500 ou mais empregados representavam 82,08% de sua mão-de-obra, ou seja, 20,05 pontos percentuais acima da participação relativa observada no Rio Grande do Sul.

A força de trabalho do gênero MT do Rio de Janeiro também se mostrava, em 1989, com maior peso relativo do que a do Rio Grande do Sul nos estabelecimentos de grande porte. Conforme se pode constatar na Tabela 3, nos estabelecimentos de 500 ou mais empregados encontravam-se 73,35% da mão-de-obra do gênero MT desse estado. Quanto ao Estado de São Paulo, também se revela uma participação relativa maior dos estabelecimentos de grande porte, no emprego, sendo esta, em 1989, de 78,88%.

Uma situação bastante distinta, em 1989, da distribuição da força de trabalho por porte dos estabelecimentos era a do Paraná. Esse estado, em comparação ao Rio Grande do Sul, possuía um peso relativo inferior da sua força de trabalho em estabelecimentos de grande porte; assim, os estabelecimentos com 500 ou mais empregados detinham 57,61% de sua mão-de-obra em 1989. Cabe destacar, no Paraná, a grande participação relativa dos estabelecimentos de pequeno porte no emprego, em particular daqueles com até 49 empregados, que era de 21,71%, mais que o dobro da existente no Rio Grande do Sul, nesse mesmo ano.

Quanto às mudanças na distribuição da mão-de-obra por porte dos estabelecimentos no gênero MT do Rio Grande do Sul ao final dos anos 90, estas tinham sido na direção de um incremento da participação relativa daqueles de pequeno porte (Tabela 3). Dessa forma, os estabelecimentos com até 49 empregados haviam aumentado, em 1998, sua parcela relativa no emprego para 13,85%, ou seja, um incremento de 3,51 pontos percentuais em relação a 1989; por sua vez, aqueles com 50 a 99 empregados possuíam, em 1998, 5,74% da mão-de-obra do gênero MT, o que expressou um aumento de 1,25 ponto percentual na mesma base comparativa. Essas evidências estão a indicar um movimento de queda do estabelecimento industrial médio no âmbito do gênero MT do Rio Grande do Sul nos anos 90.

Ao final dos anos 90, o gênero MT em Minas Gerais havia evidenciado as seguintes mudanças na distribuição da mão-de-obra por porte dos estabelecimentos. Diferentemente do Rio Grande do Sul, não só os estabelecimentos de pequeno porte, mas também os de médio porte, incrementaram, em 1998, a sua participação relativa no emprego. Entre os de pequeno porte, a maior mudança ocorreu com aqueles até 49 empregados, que tiveram sua parcela relativa no emprego aumentada para 11,56%, mais do que dobrando na comparação com 1989. No caso daqueles de médio porte, constata-se uma elevação significativa, em 1998, em sua participação relativa no emprego; no que diz respeito à faixa de 100 a 249 empregados, esta se situava em 9,07%, o que significou uma elevação de 5,16 pontos percentuais em relação a 1989; quanto à faixa de 250 a 499 empregados, ela passou a representar 9,30% da força de trabalho, com um aumento de 4,44 pontos percentuais na comparação com 1989. Tais mudanças implicaram uma redução bem mais significativa do peso dos estabelecimentos de grande porte no emprego no gênero MT de Minas Gerais, que passou a ser de 65,23% em 1998, com uma redução de 16,85 pontos percentuais em relação a 1989.

A distribuição do emprego por porte dos estabelecimentos mostrou mudanças dramáticas no gênero MT do Rio de Janeiro nos anos 90. De acordo com o que se percebe na Tabela 3, as transformações desse gênero industrial nesse estado em direção a uma estrutura menos concentrada foram muito mais profundas do que no Rio Grande do Sul e nos demais estados selecionados no período em foco. No que diz respeito aos estabelecimentos de pequeno porte,

estes haviam incrementado de forma muito acentuada a sua participação relativa no emprego no gênero MT do Rio de Janeiro em 1998; assim, naqueles com até 49 empregados, ocorreu uma elevação de sua parcela relativa no emprego para 27,74%, o que significou um avanço de 20,59 pontos percentuais em comparação ao ano de 1989; já aqueles na faixa de 50 a 99 empregados aumentaram a sua participação relativa no emprego, em 1998, para 10,25%, o que representou uma elevação de 8,23 pontos percentuais na mesma base de comparação. No outro extremo da distribuição do emprego por porte, os estabelecimentos com 500 ou mais empregados tinham apresentado uma queda substantiva em sua participação relativa no emprego, que passou a se situar em 38,41% em 1998, com uma redução de 34,94 pontos percentuais em relação a 1989. Essas mudanças tornaram, ao final dos anos 90, a distribuição do emprego no gênero MT do Rio de Janeiro menos concentrada em relação à do Rio Grande do Sul e à dos demais estados selecionados nos estabelecimentos de grande porte.

Em São Paulo, nos anos 90, as mudanças na distribuição do emprego por porte do gênero MT também foram em direção a uma estrutura industrial menos concentrada, com avanços tanto dos pequenos como dos médios estabelecimentos em suas participações relativas no emprego. Conforme se pode perceber na Tabela 3, entre os estabelecimentos de pequeno porte, aqueles com até 49 empregados tinham aumentado, em 1998, a sua participação relativa no emprego para 8,59%, com um avanço de 4,97 pontos percentuais em comparação com 1989; por sua vez, a parcela relativa daqueles com 50 a 99 empregados situava-se, em 1998, em 5,36%, o que significou um incremento de 2,49 pontos percentuais em relação a 1989. Em contraste com o Rio Grande do Sul, os estabelecimentos de médio porte do gênero MT de São Paulo apresentaram, em 1998, aumento em sua participação relativa no emprego; nesse sentido, a faixa de 100 a 249 empregados havia passado a representar 10,76% do emprego, com um aumento de 4,48 pontos percentuais em comparação a 1989, e a faixa de 250 a 499 empregados elevou sua parcela relativa no emprego para 12,42%, o que representou um avanço de 4,07 pontos percentuais na mesma base comparativa. Como contrapartida desses movimentos, os estabelecimentos de grande porte do gênero MT de São Paulo tinham reduzido a sua participação relativa no emprego, em 1998, para 62,87%, com uma contração de 16,01 pontos percentuais em comparação a 1989.

No que se refere ao gênero MT do Paraná nos anos 90, as mudanças constatadas na distribuição da mão-de-obra por porte dos estabelecimentos também apontam desconcentração da sua estrutura industrial, mas com particularidades em relação às outras experiências estaduais. Como foi visto anteriormente, o gênero MT do Paraná já possuía, ao final dos anos 80, uma estrutura relativamente menos concentrada do que a dos demais estados selecionados. Entre os pequenos estabelecimentos, a mudança ocorreu fundamentalmente

na faixa de 50 a 99 empregados, que elevou a sua participação relativa no emprego, em 1998, para 12,20%, com um avanço de 5,84 pontos percentuais em comparação a 1989. Quanto à faixa de porte médio, verifica-se um comportamento discrepante entre os estabelecimentos nela inseridos; assim, no segmento de 100 a 249 empregados, ocorreu uma redução para 7,22% de sua participação relativa no emprego em 1998, tornando-se praticamente a metade do que era em 1989; de forma distinta, o segmento de 250 a 499 empregados, em 1998, passou a ter 17,21% de participação relativa no emprego no gênero MT do Paraná, enquanto em 1989 esta inexistia. Como decorrência dessas mudanças, os estabelecimentos de grande porte tinham reduzido, em 1998, o seu peso relativo no emprego para 41,74%, o que significou uma queda de 15,87 pontos percentuais em comparação a 1989.

Com base no quadro evolutivo delineado, as evidências estão a apontar uma redução da concentração industrial no gênero MT do Rio Grande do Sul e dos estados selecionados nos anos 90, pois os estabelecimentos pequenos e médios ganharam participação relativa no emprego. No Rio Grande do Sul, essa mudança foi muito mais modesta, pois apenas os estabelecimentos de porte pequeno ganharam participação relativa no emprego, o que não ocorreu com os de porte médio. Dessa forma, os grandes estabelecimentos tiveram, comparativamente aos outros estados, a menor perda de participação relativa no emprego ao final dos anos 90.

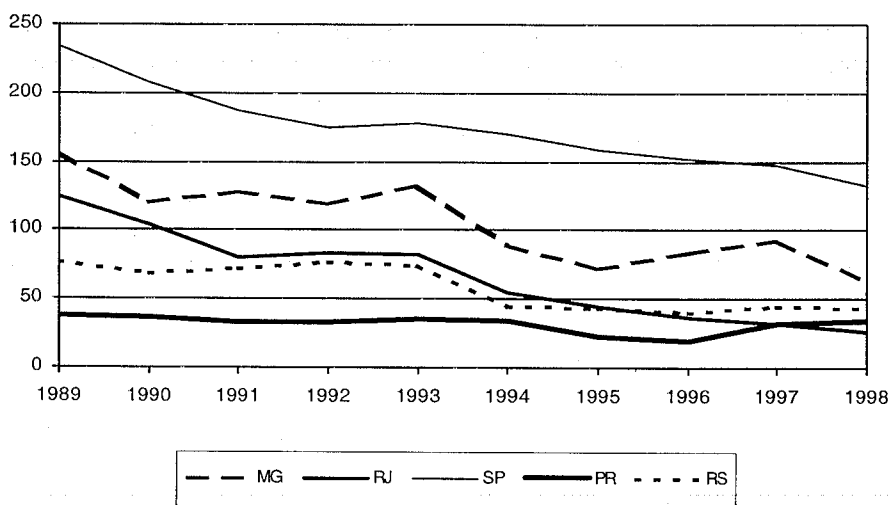
A avaliação de que nos anos 90 houve um processo de desconcentração no âmbito do gênero MT é corroborada pelo Gráfico 4, no qual se pode observar a evolução do número médio de empregados por estabelecimento desse gênero industrial no Rio Grande do Sul e nos estados selecionados. Conforme nele se constata, todos os estados, à exceção do Paraná, mostraram uma clara tendência de queda do número médio de empregados por estabelecimento.⁴ No caso do Rio Grande do Sul, a mudança ocorreu fundamentalmente de 1993 para 1994, quando esse indicador se reduziu de 74,63 para 43,96, situando-se nesse mesmo tamanho ao final da série, em 1998. O Estado de São Paulo mostrou, no período enfocado, uma tendência bastante regular de queda do número médio de empregados por estabelecimento, que passou de 234,36 em 1989 para 132,67 em 1998. Por sua vez, o gênero MT do Estado de

⁴ Deve-se destacar que, no Rio Grande do Sul e nos estados selecionados, houve aumento do número de estabelecimentos do gênero MT no período enfocado por este trabalho. Assim, no Rio Grande do Sul, o número de estabelecimentos do gênero MT passou de 273 em 1989 para 489 em 1998; em Minas Gerais, de 160 em 1989 para 479 em 1998; no Rio de Janeiro, de 295 em 1989 para 383 em 1998; em São Paulo, de 1.366 em 1989 para 2.010 em 1998; e no Paraná, de 230 em 1989 para 435 em 1998.

Minas Gerais registrou uma redução do número médio de empregados por estabelecimento de 156,16 em 1989 para 63,13 em 1998. No caso do Rio de Janeiro, percebe-se a queda **relativa** mais significativa do número médio de empregados por estabelecimento, que passou de 124,07 em 1989 para 26,01 em 1998. Finalmente, como se havia afirmado anteriormente, o gênero MT do Estado do Paraná foi o único em que não se constatou uma tendência de redução do número médio de empregados por estabelecimento, pois este era de 37,47 em 1989 e de 33,85 em 1998.

Gráfico 4

Número médio de empregados por estabelecimento do gênero Material de Transportes em estados selecionados — 1989-98



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.

Distribuição da força de trabalho por faixas de escolaridade

Neste item, analisa-se a distribuição da força de trabalho do gênero MT do Rio Grande do Sul e dos estados selecionados por faixas de escolaridade. Nesse caso, a mão-de-obra foi distribuída em quatro faixas, quais sejam: até o fundamental incompleto; do fundamental completo até o médio incompleto; do médio completo até o superior incompleto; e superior completo.

No Rio Grande do Sul, a mão-de-obra que possuía até o fundamental incompleto representava, em larga medida, a maior parcela relativa da força de trabalho do gênero MT em 1989, qual seja, 64,98% (Tabela 4). Assim, não obstante se constituindo em um gênero industrial dinâmico, ele não fugia à característica geral do regime de trabalho no País, de uso de um contingente muito expressivo de mão-de-obra com baixo nível de escolaridade. Conforme se pode constatar na Tabela 4, os demais níveis de escolaridade possuíam participações relativas na força de trabalho do gênero MT do Estado em 1989, que se situavam em 20,71% para o pessoal de fundamental completo até médio incompleto, em 10,71% para o médio completo até o superior incompleto e em somente 3,60% para o superior completo.

Tabela 4

Distribuição do emprego, por faixas de escolaridade, no gênero Material de Transportes de estados selecionados — 1989 e 1998

(%)

ESTADOS E ANOS	ATÉ O FUNDAMENTAL INCOMPLETO	FUNDAMENTAL COMPLETO ATÉ MÉDIO INCOMPLETO	MÉDIO COMPLETO ATÉ SUPERIOR INCOMPLETO	SUPERIOR COMPLETO
Rio Grande do Sul				
1989	64,98	20,71	10,71	3,60
1998	41,86	27,59	24,32	6,22
Minas Gerais				
1989	64,14	21,12	11,70	3,04
1998	36,22	34,44	23,82	5,51
Rio de Janeiro				
1989	48,31	28,68	16,90	6,11
1998	41,89	32,17	19,89	6,05
São Paulo				
1989	60,25	21,10	12,62	6,04
1998	30,24	32,95	27,14	9,67
Paraná				
1989	50,24	30,87	14,55	4,34
1998	24,59	31,24	32,51	11,66

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.

O Estado de Minas Gerais possuía a distribuição de sua mão-de-obra no gênero MT muito semelhante à do Rio Grande do Sul em 1989, sendo que 64,14% dela estava inserida na faixa de escolaridade com até o fundamental incompleto. O gênero MT do Estado de São Paulo também tinha, no mesmo ano, uma distribuição próxima à do Rio Grande do Sul da força de trabalho por

faixas de escolaridade; assim, a participação relativa do pessoal com até o fundamental incompleto, um pouco abaixo da gaúcha, era de 60,25%.

Por sua vez, a força de trabalho do gênero MT do Estado do Rio de Janeiro em 1989 tinha uma distribuição por faixas de escolaridade muito distinta daquela do Rio Grande do Sul. No que diz respeito ao pessoal inserido na faixa com até o fundamental incompleto, este era de 48,31%, ou seja, 16,67 pontos percentuais abaixo de seu congênere gaúcho. Em todas as demais faixas de escolaridade, a situação do gênero MT do Rio de Janeiro em 1989 era favorável em relação ao Rio Grande do Sul, pois havia maiores parcelas relativas de mão-de-obra nelas inseridas. Quanto à força de trabalho do gênero MT do Paraná em 1989, esta também mostrava diferenças muito significativas em sua distribuição por faixas de escolaridade em relação ao Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o contingente com até o fundamental incompleto representava 50,24% do pessoal do gênero industrial em análise no Paraná, uma diferença de -14,74 pontos percentuais daquela observada no Estado. Excetuando-se a faixa de escolaridade correspondente ao superior completo, nas demais as diferenças em favor do Paraná eram também significativas.

Em termos evolutivos, nos anos 90, houve uma grande mudança na distribuição da mão-de-obra por faixas de escolaridade do gênero MT do Rio Grande do Sul (Tabela 4). Assim, o pessoal com até o fundamental incompleto havia se reduzido, em 1998, para 41,86%, com uma queda de 23,12 pontos percentuais em comparação com 1989; quanto aos demais níveis de escolaridade, todos eles haviam incrementado as suas parcelas relativas na mão-de-obra do gênero MT; o contingente com fundamental completo até o médio incompleto situava-se, em 1998, em 27,59%, portanto, 6,88 pontos percentuais acima de 1989; o pessoal com médio completo até superior incompleto havia atingido, em 1998, 24,32%, mais do que dobrando em relação a 1989; e finalmente, aqueles com superior completo encontravam-se, em 1998, em 6,22%, com um aumento de mais de 2,62 pontos percentuais na mesma base comparativa.

Com intensidades que foram diferenciadas, constata-se ter havido uma mudança generalizada na distribuição da mão-de-obra por níveis de escolaridade do gênero MT nos demais estados selecionados, nos anos 90. Nesse sentido, o pessoal que possuía até o fundamental incompleto, na comparação 1989-1998, apresentou queda em sua participação relativa nas seguintes magnitudes: em Minas Gerais, para 36,22%, uma redução de 27,92 pontos percentuais; no Rio de Janeiro, para 41,89%, o que significou uma contração de 6,42 pontos percentuais; em São Paulo, para 30,24%, com uma redução de 30,01 pontos percentuais; e, finalmente, no Paraná, para 24,59%, ou seja, uma redução de 25,65 pontos percentuais. Com base nessas evidências, percebe-se que o Rio Grande do Sul, ao final dos anos 90, mantinha uma desvantagem em relação aos estados selecionados — à exceção do Rio de Janeiro —

em termos de distribuição de sua mão-de-obra por níveis de escolaridade do gênero MT, pois tinha uma parcela relativa mais elevada de trabalhadores com escolaridade até o fundamental incompleto.

As demais faixas de escolaridade, em todos os estados selecionados, na comparação 1989-1998, apresentaram aumento de suas participações relativas no emprego no gênero MT — com uma única exceção, representada pelo pessoal com superior completo no Estado do Rio de Janeiro, que mostrou estabilidade. Em termos comparativos, na faixa de fundamental completo até médio incompleto, todos os estados selecionados mantinham, ao final dos anos 90, parcelas relativas de mão-de-obra superiores à do Rio Grande do Sul. Por sua vez, na faixa de médio completo até superior incompleto, a situação, ao final dos anos 90, mostrava que o Rio Grande do Sul passava a ter uma parcela relativa de mão-de-obra nela inserida superior à dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, mas esta ainda se encontrava abaixo daquela existente em São Paulo e no Paraná. Finalmente, na faixa de escolaridade correspondente ao superior completo, ao final dos anos 90 o Estado de Minas Gerais mantinha-se com uma menor parcela relativa de força de trabalho comparativamente ao Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro havia sido ultrapassado por seu congênere gaúcho, enquanto São Paulo e Paraná continuavam à frente do mesmo.

Do quadro esboçado sobre as mudanças na distribuição da mão-de-obra por faixas de escolaridade do gênero MT do Rio Grande do Sul e dos estados selecionados, podem-se identificar alterações significativas na composição do emprego nesse gênero industrial, nos anos 90, com o pessoal com o nível de escolaridade até o fundamental incompleto perdendo participação relativa. Tomando-se como base comparativa as duas faixas superiores de escolaridade, o Rio Grande do Sul, ao final dos anos 90, encontrava-se em uma situação razoavelmente semelhante à de Minas Gerais, havia superado o Rio de Janeiro e ainda apresentava uma diferença desfavorável em relação a São Paulo e ao Paraná.

Distribuição da força de trabalho por faixas de rendimentos

A Tabela 5 apresenta a distribuição da força de trabalho do gênero MT por faixas de salários-mínimos (SMs), em 1989 e 1998, do Rio Grande do Sul e dos demais estados selecionados. Para propósitos de análise, a mão-de-obra do gênero MT foi distribuída em quatro faixas de SMs: até 2 SMs; de 2,01 a 5 SMs; de 5,01 a 10 SMs; e mais de 10 SMs.

Tabela 5

Distribuição do emprego, por faixas de salários mínimos, no gênero Material de Transportes de estados selecionados — 1989 e 1998

(%)

ESTADOS E ANOS	ATÉ 2 SMs	2,01 A 5 SMs	5,01 A 10 SMs	MAIS DE 10 SMs
Rio Grande do Sul				
1989	13,20	38,16	31,11	17,53
1998	7,18	27,72	45,08	20,02
Minas Gerais				
1989	9,28	28,05	41,35	21,32
1998	12,65	31,05	38,47	17,83
Rio de Janeiro				
1989	16,28	39,78	22,58	21,35
1998	20,51	43,37	26,34	9,78
São Paulo				
1989	6,46	25,44	40,13	27,97
1998	3,13	19,65	27,20	50,02
Paraná				
1989	20,16	23,94	30,04	25,86
1998	10,35	32,39	30,74	26,51

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.

NOTA: Distribuição do emprego por faixas de SMs de dezembro de 1998; o SM de dezembro de 1998 era de R\$ 130,00.

No caso do Rio Grande do Sul, ao final dos anos 80, o maior contingente da força de trabalho do gênero MT estava inserido na faixa de rendimentos de 2,01 a 5 SMs, correspondendo a 38,16% de sua mão-de-obra em 1989; seguia-se aquela do pessoal de 5,01 a 10 SMs, que representava 31,11% do emprego do gênero industrial em análise no mesmo ano. As duas outras faixas de rendimentos tinham participações relativas bem inferiores na mão-de-obra do gênero MT em 1989: 13,20% do pessoal pertencia à faixa até 2 SMs e 17,53% à faixa de mais de 10 SMs. Fica claro, portanto, que o emprego no gênero MT do Rio Grande do Sul, ao final dos anos 80, ficava muito mais concentrado nas duas faixas centrais de rendimentos.

Nos demais estados selecionados, pode-se identificar tanto diferenças como semelhanças, em comparação ao Rio Grande do Sul, da distribuição da força de trabalho do gênero MT por faixas de rendimentos ao final dos anos 80. No caso de Minas Gerais, este mostrava menores parcelas relativas de mão-de-obra nas duas faixas inferiores de rendimentos em 1989, na comparação com seu congênere gaúcho; assim, na faixa até 2 SMs, esse estado registrava 9,28% de seu pessoal, 3,92 pontos percentuais abaixo daquela observada no Rio Grande

do Sul, e na faixa de 2,01 a 5 SMs, 28,05% de sua mão-de-obra, 10,11 pontos percentuais aquém da gaúcha. As duas faixas superiores de rendimentos, em Minas Gerais, registravam, em 1989, maiores participações relativas na força de trabalho do gênero MT comparativamente ao Rio Grande do Sul; nesses termos, na faixa de 5,01 a 10 SMs, encontrava-se 41,35% de seu pessoal, 10,24 pontos percentuais acima do congênere gaúcho, e, na faixa de mais de 10 SMs, 21,73%, 3,79 pontos percentuais superior àquela do Rio Grande do Sul.

Quanto ao gênero MT do Rio de Janeiro em 1989, este evidenciava, assim como no Rio Grande do Sul, maior concentração de seu pessoal nas duas faixas centrais de rendimentos. Em termos comparativos, na faixa de 2,01 a 5 SMs encontrava-se 39,78% de sua força de trabalho, participação relativa praticamente idêntica à verificada no Rio Grande do Sul; a faixa de 5,01 a 10 SMs, no Rio de Janeiro, situava-se em 22,58% de sua mão-de-obra, 8,53 pontos percentuais aquém daquela do congênere gaúcho. No que diz respeito ao gênero MT em São Paulo, em 1989, a sua força de trabalho estava muito mais inserida nas duas faixas superiores de rendimentos. Conforme se pode constatar, na faixa de 5,01 a 10 SMs encontrava-se 40,13% de seu pessoal, 9,02 pontos percentuais acima daquela do Rio Grande do Sul, e na faixa de mais de 10 SMs, 27,97%, 10,44 pontos percentuais superior à do congênere gaúcho. No que se refere ao gênero MT no Paraná, em 1989, suas parcelas relativas de mão-de-obra mais elevadas estavam nas duas faixas superiores de rendimentos. Nesse estado, a participação relativa da mão-de-obra inserida na faixa de 5,01 a 10 SMs, 30,04% era praticamente idêntica à do Rio Grande do Sul e, na faixa de mais de 10 SMs, era de 25,86%, 8,33 pontos percentuais superior à do congênere gaúcho.

As mudanças ocorridas na distribuição do emprego por faixas de rendimentos no gênero MT, na comparação 1989-1998, mostram muitas disparidades entre o Rio Grande do Sul e os estados selecionados. No gênero MT do Rio Grande do Sul, houve uma grande queda das participações relativas no emprego das faixas inferiores de rendimentos; nesse sentido, a faixa até 2 SMs havia reduzido, em 1998, para 7,18% a sua participação relativa no emprego, o que significou uma queda de 6,02 pontos percentuais em comparação com 1989, enquanto a faixa de 2,01 a 5 SMs havia atingido, em 1998, 27,72%, o que representou uma redução de 10,44 pontos percentuais na mesma base comparativa. De outra parte, as faixas superiores de rendimentos mostraram as seguintes mudanças na comparação 1989-1998: o pessoal pertencente à faixa de 5,01 a 10 SMs avançou a sua participação relativa para 45,08%, ou seja, um incremento de 13,97 pontos percentuais; aqueles que pertenciam à faixa de mais de 10 SMs tinham atingido 20,02%, um aumento de 2,49 pontos percentuais. Essas evidências mostram que, ao final dos anos 90, tinha havido uma mudança substantiva na distribuição da força de trabalho por faixas de rendimentos do gênero MT do Rio Grande do Sul, com significativo avanço na

participação relativa no emprego do pessoal inserido nas faixas de rendimentos mais elevados.

De acordo com o que se pode constatar, as mudanças observadas na distribuição do emprego por faixas de rendimentos do gênero MT dos demais estados selecionados ao final dos anos 90 evidenciam muitas diferenças em relação ao Rio Grande do Sul. No gênero MT de Minas Gerais, na comparação 1989-1998, as transformações foram discrepantes em relação ao Rio Grande do Sul em todas as faixas de rendimentos; assim, as duas faixas de rendimentos mais baixas apresentaram aumentos em suas participações relativas no emprego: a faixa até 2 SMs passou a ser de 12,65%, 5,47 pontos percentuais acima daquela do congênere gaúcho, e a faixa de 2,01 a 5 SMs situou-se em 31,05%, 3,33 pontos percentuais superior àquela existente no Rio Grande do Sul; nas duas faixas superiores de rendimentos, ocorreram quedas em suas participações relativas no emprego no gênero MT de Minas Gerais: na faixa de 5,01 a 10 SMs, esta passou a ser de 38,47% em 1998, 6,61 pontos percentuais abaixo daquela do Rio Grande do Sul em 1998, e a faixa de mais de 10 SMs, 17,83%, 2,19 pontos percentuais inferior à do congênere gaúcho na mesma base comparativa.

A distribuição do emprego no gênero MT do Rio de Janeiro havia mostrado discrepância em suas mudanças, em relação ao Rio Grande do Sul, em 1998, em três das quatro faixas de rendimentos. Na comparação 1989-1998, a força de trabalho do gênero MT do Rio de Janeiro aumentou a sua participação relativa no emprego, na faixa até 2 SMs, para 20,51%, o que o colocou 13,33 pontos percentuais acima do congênere gaúcho; a faixa de 2,01 a 5 SMs elevou-se para 43,37%, tornado-se 15,65 pontos percentuais superior à do Rio Grande do Sul; a faixa de 5,01 a 10 SMs — única mudança na mesma direção entre os dois estados — havia aumentado para 26,34%, encontrando-se 18,74 pontos percentuais abaixo daquela do Rio Grande do Sul; e, finalmente, a faixa de mais de 10 SMs havia apresentado uma grande queda, estando em 9,78%, ficando 10,24 pontos percentuais abaixo da existente no congênere gaúcho.

O gênero MT de São Paulo alterou-se, em 1998, na direção de maior participação relativa no emprego do pessoal inserido na faixa mais elevada de rendimentos. Conforme se pode constatar, o pessoal inserido na faixa até 2 SMs havia se tornado, em 1998, ínfimo na força de trabalho do gênero MT de São Paulo, situando-se em 3,13%, 4,05 pontos percentuais abaixo do congênere gaúcho; a faixa de 2,01 a 5 SMs havia se reduzido para 19,65%, ficando em 8,07 pontos percentuais abaixo daquela existente no Rio Grande do Sul; a faixa de 5,01 a 10 SMs — a única cuja mudança foi discrepante em relação ao Rio Grande do Sul — apresentou uma queda para 27,20%, o que fez com que ela se situasse 17,88 pontos percentuais aquém da observada no Rio Grande do Sul; e, por fim, a faixa de mais de 10 SMs tinha tido uma grande elevação, atingindo 50,02%, o que o colocou 30,0 pontos percentuais acima do congênere gaúcho.

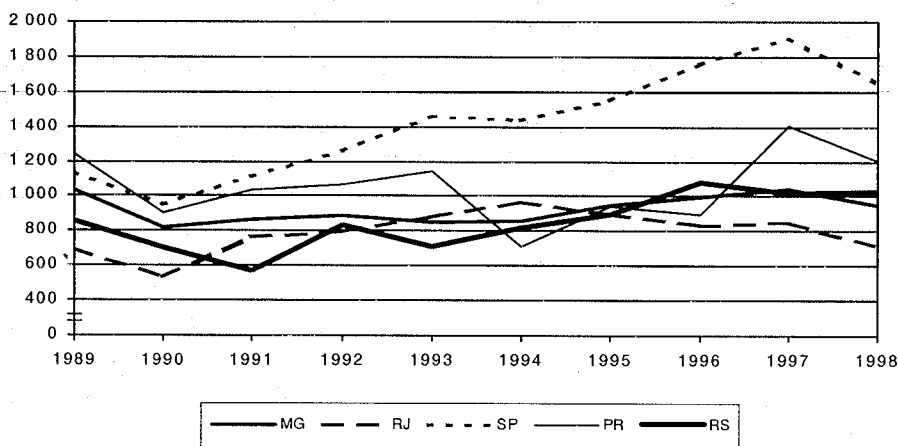
Quanto ao gênero MT do Paraná, as mudanças na distribuição da mão-de-obra por faixas de rendimentos em 1998 ficaram concentradas nos dois estratos inferiores. De acordo com o que se pode perceber, o pessoal inserido na faixa até 2 SMs havia se reduzido para 10,35% do emprego do gênero MT do Paraná em 1998, ficando 3,17 pontos percentuais acima do congênere gaúcho; a mão-de-obra pertencente à faixa de 2,01 a 5 SMs — única em que houve discrepância na direção da mudança em relação ao Rio Grande do Sul — havia elevado a sua participação relativa para 32,39%, situando-se 4,67 pontos percentuais acima daquela do Rio Grande do Sul; aqueles que pertenciam à faixa de 5,01 a 10 SM situavam-se em 30,74%, 14,34 pontos percentuais abaixo da existente no congênere gaúcho; e, finalmente, o pessoal que pertencia à faixa de mais de 10 SMs encontrava-se em 26,51%, 6,49 pontos percentuais acima daquela do Rio Grande do Sul.

Tendo como referência o quadro de mudanças na distribuição do emprego por faixas de rendimentos do gênero MT ao final dos anos 90, de forma resumida, pode-se afirmar que os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, ainda que apresentando diferenças significativas entre si, tinham se encaminhado para uma maior participação relativa do pessoal de nível mais elevado de rendimentos no emprego. De forma diversa, os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro evidenciaram mudanças, ao final dos anos 90, em direção a maiores parcelas relativas no emprego do gênero MT daqueles que percebiam menores níveis de rendimentos.

No que diz respeito aos rendimentos da força de trabalho do gênero MT, uma evidência adicional é apresentada no Gráfico 5, no qual consta o salário médio real no Rio Grande do Sul e em estados selecionados, no período 1989-98. De acordo com o que se pode constatar, o salário médio real no gênero MT do Rio Grande do Sul, em 1989, era de R\$ 854,00 acima do congênere do Rio de Janeiro e abaixo daquele dos demais estados selecionados. Em termos evolutivos, o salário médio real do gênero MT do Rio Grande do Sul alternou movimentos de queda e de elevação no período 1990-93; de 1994 a 1996, identifica-se uma tendência de elevação do salário médio real; finalmente, em 1997 e 1998, alternou-se um movimento de queda e outro de elevação dessa variável. Em 1998, o nível do salário médio real do gênero MT do Rio Grande do Sul era de R\$ 1.029,00 o que representava 20,55% acima daquele de 1989. Com base nessa trajetória, em 1998 o salário médio real do gênero MT do Rio Grande do Sul encontrava-se acima daquele de seus congêneres nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e abaixo daquele do Paraná e de São Paulo.

Gráfico 5

Salário médio real no gênero Material de Transportes de estados selecionados — 1989-98



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.

NOTA: Os salários médios reais foram deflacionados pelo INPC do IBGE e estão expressos em reais de dezembro de 1998.

3 - Conclusões

Conforme foi evidenciado neste estudo, o emprego no gênero MT do Rio Grande do Sul não apresentou grandes variações ao longo do período em análise, estando em 1998 praticamente no mesmo nível de 1989. Não obstante, em um contexto em que houve uma grande retração do emprego de seu congênere nacional, aquela evolução implicou um aumento expressivo da participação relativa no emprego no gênero MT gaúcho. Em 1998, a participação relativa do Rio Grande do Sul no emprego no gênero MT do País mantinha-se abaixo da de São Paulo — em larga medida — e de Minas Gerais, havia superado o Rio de Janeiro e permanecia acima daquela do Paraná.

A distribuição da força de trabalho do gênero MT do Rio Grande do Sul por porte dos estabelecimentos mostrou um pequeno aumento da participação relativa no emprego daqueles de pequeno porte no período enfocado por este estudo. O gênero MT dos estados selecionados tinha observado mudanças na distribuição do emprego por porte dos estabelecimentos na mesma direção daquela

ocorrida no Rio Grande do Sul, nos anos 90. Derivado desse processo, identificou-se uma tendência de redução do número médio de empregados por estabelecimento nesse gênero industrial no Rio Grande do Sul e em estados selecionados, nos anos 90, à exceção do Paraná.

Quanto à escolaridade da força de trabalho do gênero MT, foi mostrado que ela não foge à característica geral do regime de trabalho no Brasil, de uso de um grande contingente de trabalhadores com poucos anos de estudo. Nesse sentido, o pessoal inserido na faixa de escolaridade até o fundamental incompleto era, em larga medida, o que apresentava maior participação relativa no emprego nesse gênero industrial no Rio Grande do Sul e em estados selecionados ao final dos anos 80. Não obstante, essa faixa de escolaridade havia apresentado, ao final dos anos 90, uma redução significativa em sua participação relativa no emprego no gênero MT em todos os estados contemplados pelo estudo, o que indica que as mudanças, no que tange ao atributo em foco, foram em direção a uma maior seletividade no mercado de trabalho industrial. Em 1998, o Rio Grande do Sul tinha uma parcela relativa de emprego na faixa de escolaridade até o fundamental incompleto superior à de todos os estados, à exceção do Rio de Janeiro, no qual se observa uma igualdade.

Finalmente, no que diz respeito à distribuição da mão-de-obra por faixas de rendimentos do gênero MT do Rio Grande do Sul ao final dos anos 80, esta mostrava-se mais concentrada nas faixas de 2,01 a 5 SMs e de 5,01 a 10 SMs. Em 1998, as mudanças tinham sido na direção de perda de participação relativa no emprego das faixas até 2 SMs e de 2,01 a 5 SMs e de ganhos nas de 5,01 a 10 SMs e de mais de 10 SMs. Essas alterações conduziram, portanto, a um peso maior do emprego no gênero MT gaúcho, em 1998, das faixas mais elevadas de rendimentos. Em termos comparativos, São Paulo e Paraná, ao final dos anos 90, evidenciavam uma tendência semelhante à do Rio Grande do Sul na distribuição do emprego no gênero MT por faixas de rendimentos, não obstante a existência de diferenças significativas entre esses estados; enquanto Minas Gerais e Rio de Janeiro haviam apresentado um comportamento discrepante, pois em ambos houve ganhos de participação relativa de pessoal inserido nas faixas de menores rendimentos.

Bibliografia

- BALTAR, P., PRONI, M. (1996). Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C., MATTOSO, J., orgs. **Crise e trabalho no Brasil** : modernidade ou volta ao passado? São Paulo : Scritta.

- BASTOS, R. (2000a). Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos dos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.28, n.1, p.137-180.
- BASTOS, R. (2000b). A força de trabalho industrial do Rio Grande do Sul nos anos 90: contrastes entre os gêneros tradicionais e os gêneros dinâmicos. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.28, n.4.
- BONELLI, R. (1999). Emprego industrial e produtividade: novos resultados, velha controvérsia. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Rio de Janeiro : IPEA, v.4, n.11, p.29-44.
- BONELLI, R., GONÇALVES, R. (1998). **Para onde vai a estrutura industrial brasileira?** Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão, n. 340).
- CALANDRO, M. (2000). A indústria automobilística brasileira: integração produtiva no Mercosul, regimes automotivos e perspectivas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.28, n.1, p.116-136.
- DEDECCA, C. (1998). Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro : SBEP, n.3, p.114-138.
- GONZAGA, G. (1998). Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Editora 34, v.18, n.1, p.120-140.
- PASSOS, M., LIMA, R. (2000). Tendências estruturais da indústria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. In: FLIGENSPAN, F., coord. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre : FEE.
- SABOIA, J. (1999a). Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90. **Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro : IE/UFRJ, v. 19, n. 4, p. 62-65.
- SABOIA, J. (1999b). Modernização e redução do tamanho dos estabelecimentos da indústria de transformação no passado recente. **Econômica**, Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 1, p. 53-74.
- SABOIA, J. M. (2000). Desconcentração industrial nos anos 90: um enfoque regional. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro : IPEA, v.30, n.1, p.69-116.
- STERNBERG, S., JORNADA, M., XAVIER SOBRINHO, G. (2000). O emprego formal no RS nos anos 90: diferenciais de retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.27, n.4, p.209-248.

XAVIER SOBRINHO, G. et al. (2000). Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, F., coord. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre : FEE.

XAVIER SOBRINHO, G., STERNBERG, S., JORNADA, M. (2000). Escolaridade do trabalhador formal do RS : evolução em quadro de diversidades regionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.28, n.3.

ZAWISLAK, P., coord. (1999). **Diagnóstico automotivo**: a plataforma tecnológica da cadeia automotiva do RS. Porto Alegre : UFRGS/PPGA; NITEC; FIERGS.